 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 064. Sustentabilidade, Justiça Ambiental e Justiça Social

Doris Aleida Villamizar Sayago (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Alessandro Roberto de Oliveira (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Goiás) - Coordenador/a Os efeitos e as consequ?ncias da crise global ambiental n?o s?o vivenciados da mesma forma por todos. Os mais desfavorecidos sofrem de modo desproporcional os efeitos das mudan?as clim?ticas. A proposta deste GT ? refletir sobre as rela?es entre as desigualdades sociais e raciais e as desigualdades ambientais ? luz da no??o de justi?a ambiental. A no??o de justi?a ambiental busca dar conta tanto das desigualdades na exposi??o a riscos ambientais (polui??o, res?duos, inunda?es, etc.) quanto da exclus?o dos grupos marginalizados e discriminados na concep??o e implementa??o de pol?ticas. Considera as quest?es relacionadas com a degrada??o do meio ambiente, o esgotamento ou a explora??o excessiva dos recursos naturais e as diversas formas de polui??o, mas sobretudo os efeitos sociais que suscitam. Justi?a alimentar, justi?a clim?tica e justi?a ecol?gica constituem novos campos de mobiliza??o e de pesquisa. A atualidade e relev?ncia da tem?tica permite agregar trabalhos que discorram sobre movimentos sociais que denunciam as injusti?as ambientais e que reivindicam a defesa e o acesso aos recursos naturais; cat?strofes ambientais; impactos socioambientais decorrentes das explora?es desenfreadas em territ?rios ind?genas; migra?es ambientais; a trag?dia do Rio Doce; e os efeitos nocivos que geraram para as pessoas exclu?das das redes de poder. Finalmente, pretende-se pensar novas estrat?gias de sustentabilidade nas quais a justi?a ambiental seja reconhecida como uma prioridade.

CULTURA E DESENVOLVIMENTO. Uma perspectiva etnográfica dos impactos socioambientais no Litoral Sul da Paraíba.

Autoria: Roméria Santana da Silva Souza, Alícia Ferreira Gonçalves

O Litoral Sul da Paraíba está passando por um processo de mudança com o advento de novas fábricas de cimento. Esta região foi nomeada de Polo Cimenteiro da Paraíba, pois já havia três fábricas instaladas na área, desde antes de 2011, ano que foi identificado uma jazida de calcário, principal componente do cimento. A partir desta constatação outras empresas se interessaram por implantar suas unidades fabris nas cidades que compõem este polo (João Pessoa, Conde, Alhandra, Pitimbu e Caaporã) e com isto uma nova dinâmica local se instaurou. Diante disto surge uma problemática, pois este contexto também é habitado por povos e comunidades tradicionais, o que trás a tona como estes povos tem lidado com estas transformações. Assim, emergiu inquietações para pensar algumas questões que passaram a nortear este estudo, dentre elas: Estariam os projetos de desenvolvimento desenhados de cima para baixo, ou seja, pelo Estado sem a consulta popular? A implantação deste polo industrial potencializa na prática quais modelos de desenvolvimento? O que mudou no aspecto socioambiental a partir da implantação das fábricas de cimento? Buscar-se-á analisar, a partir da noção do Povo Indígena Tabajara, os impactos socioambientais e culturais decorrentes da implantação de empresas de grande porte no município de Conde e seu entorno. Para tanto pretendemos: levantar quais são os impactos da implantação do Polo no cotidiano das famílias que vivem da agricultura familiar e da pesca, e principalmente para os indígenas Tabajara? se há diálogos entre as comunidades tradicionais e as empresas? como dialogam a tradição e o capitalismo? mapear (georreferenciar) a área de estudo e historicizar o processo de implantação do polo cimenteiro. Em se tratando do percurso metodológico, por se tratar de uma perspectiva etnográfica, quando no campo negociarei as melhores estratégias para condução do estudo. Entretanto, a partir das narrativas

 ISBN: 978-85-87942-61-6

escreveremos, inscreveremos o discurso social, o anotando, tornando o dito um relato que pode ser consultado sempre que necessário, conforme a descrição densa, numa interpretação de segundo plano por sobre o ombro do nativo, a luz de Clifford Geertz. A pesquisa terá como universo amostral famílias indígenas Tabajara da Aldeia Gramame e a delimitação da amostra deste universo se dará a partir de um levantamento de dados populacionais. Tendo em vista que no ano de 2011 se constatou a existência de uma mina de calcário neste território, o recorte temporal se dará a partir desta data até os dias atuais.

Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**